

Foi bom para o País? As opiniões divergem.

O acordo preliminar fechado pelo Brasil com os credores dividiu a opinião dos constituintes, economistas e empresários. O senador Roberto Campos (PDS-MT) acha "muito positiva a reconciliação do Brasil com a comunidade financeira internacional", acreditando que os acordos só poderão ser realmente formalizados quando o País apresentar um programa de contenção de gastos, "que passa necessariamente pela desregulamentação da economia e privatização das estatais".

Quem faz críticas ao acordo é o senador Severo Gomes (PMDB-SP). "Não reconhecemos a validade do acordo, nem a obrigatoriedade de cumpri-lo", afirmou, "por ter sido uma iniciativa apenas do Executivo". E completou: "Se houver um presidente do PMDB, ele terá a obrigatoriedade de denunciar esse acordo".

A Comissão da Dívida Externa do Senado se reunirá na próxima sexta-feira para analisar o acordo. O relator da comissão, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), apresentará um documento com um balanço de todos os depoimentos feitos sobre a matéria. Fernando Henrique disse que seu relatório vai destacar "a contradição do governo, que acabou partindo para uma negociação convencional, quando pregava justamente o oposto". E pergunta: "Quando o governo errou? Ao fazer a moratória para não baixar as reservas, ou agora, que está pagando os juros com parte das reservas?"

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) acha que o acordo "foi bastante razoável e o mais importante é a volta ao mercado financeiro internacional". Delfim acredita que o acordo da dívida "significa um bom começo para a retomada de investimentos no País". O senador Albano Franco (PMDB-SE) também destaca a importância da volta do País ao sistema financeiro internacional. E, na sua opinião, o acordo não vai implicar em medidas recessivas: "Ao con-



Roberto Campos



Severo Gomes



Fernando Henrique



Delfim Netto

trário, é um dos caminhos para a retomada dos investimentos".

Para o presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado, Carlos Chiarelli (PFL-RS), "já convivemos com três estratégias dentro do mesmo governo e eu não me deixo empolgar por essa euforia dos que acham que o acordo vai implicar na retomada dos investimentos".

Em São Paulo, o presidente da Fiesp, Mário Amato, disse não acreditar que o acordo com os bancos credores, e em seguida com o FMI, possa resultar em um compromisso recessivo para o Brasil. Amato acha que o Brasil é soberano para decidir sua própria política econômica. Mas o empresário Oded Grajew, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abribin), entende que o cumprimento de um superávit comercial este ano ao redor de 12 a 13 bilhões de dólares terá que contar com uma redução de salários e das importações. Para ele, esse pode ser o caminho para um retorno ao modelo exportador, em detrimento do mercado interno, já bastante deteriorado.

De qualquer forma, os empresários paulistas entendem que o fundamental agora é saber qual o tratamento que a Constituinte vai dar para o capital estrangeiro e quais as regras do jogo (direitos sociais, direitos trabalhistas etc) para que os investimentos internos e externos voltem e que, com isso, o Brasil possa crescer o desejado. Para os empresários, há outro dado importante: a equipe liderada pelo ministro Mailson da Nóbrega saiu fortalecida e com credibilidade, aqui e lá fora.

Para o economista e professor da PUC-Rio, Edmar Bacha, o Brasil não deve entu-

siasmar-se demais com a perspectiva de gerar grandes saldos comerciais este ano por conta do acordo preliminar com os credores. Edmar Bacha acha que o governo deve atrelar a negociação do acordo da dívida externa às necessidades de financiamento

da economia brasileira como um todo, particularmente a cobertura do déficit público, não à sua capacidade de produzir superávit na balança comercial.

O economista Fernando Homem de Mello, presidente da Fipe—Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, acha que o acordo com os credores não trará mais recessão para o Brasil, ao contrário, permitirá a elaboração de um plano definitivo para a economia.

O fato de o Brasil ter concluído satisfatoriamente as negociações abre caminho para um entendimento melhor com o FMI, onde há possibilidade de se obter dinheiro mais barato. Homem de Mello diz que o Fundo serve "para ajudar e não para atrapalhar" a economia brasileira.

O acordo com os credores é excelente para o Brasil, na avaliação dos empresários gaúchos, que prevêem benefícios no comércio exterior e tendência a novos investimentos, disse o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli.

No Rio, o presidente do Banco Inter-Atlântico de Investimento S/A, José Luiz Miranda, disse que o acordo "é excelente tanto para o Brasil quanto para os bancos credores". Na sua opinião, falta agora ao governo promover uma arrumação na economia interna, porque as medidas tomadas para ajuste monetário e redução do déficit público são apenas os primeiros passos. Para o presidente do Banco Montreal de Investimentos, Pedro Leitão da Cunha, o acordo preliminar possibilitará a reabertura do fluxo de empréstimos à atividade de comércio exterior.